Quinta-feira
18 DE ABRIL DE 2024

INFORMAÇÃO É TUDO

R$ 3,00
ANO 25 - Nº 8.837

PESQUISA

Ricardo Nunes lidera todos os cenários para a Prefeitura de SP

ELEIÇÕES 2024/A7

Santos quer arrecadar 56% a mais em IPTU dos terminais portuários

» Inadimplência entre terminais portuários supera em 40% a falta de pagamento do imposto por parte dos demais contribuintes

Em 2023, a Secretaria Municipal lançou carnês de cobrança para 60 inscrições imobiliárias. O valor total projetado pelo Município somava R$ 22,5 milhões. Em 2024, a Sefin lançou carnês para 'apenas' 37 inscrições imobiliárias, mas pretende arrecadar R$ 34,8 milhões. Ou seja, a projeção é de um aumento de mais de R$ 12,3 milhões em arrecadação com os terminais portuários de um ano para o outro. Mas a previsão esbarra na inadimplência de 14% entre esses contribuintes. CIDADES/A4

Mudança no STF motivou a cobrança

A chamada imunidade recíproca foi desconsiderada pelo STF em duas decisões de outubro e novembro de 2018. E elas se tornaram paradigmas para os demais processos questionando a incidência do IPTU sobre os terminais portuários. O novo entendimento a partir de decisões do ex-ministro Marco Aurélio Mello e do atual ministro Edson Fachin definiu que "a imunidade recíproca a não se estende à empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos" e que nessa hipótese a cobrança é constitucional. CIDADES/A4

SV inclui público 55+ na prioridade para vacinar CIDADES/A3

Praia Grande abre sugestões sobre orçamento CIDADES/A4

CARLOS RATTON/DL

Para votação **Câmara vai gastar mais de R$ 41 mil por mês com painel eletrônico**

A Mesa Diretora da Câmara de Santos vai gastar quase meio milhão, exatos 495.681,12, por ano com aluguel de um painel eletrônico e sistema integrado de votação. Serão pouco mais de R$ 41.306,00 pôr mês para expor a votação dos nobres edis em oito sessões de, no máximo, quatro horas cada, o que perfaz R$ 5.163,25 por sessão. . CIDADES/A3

PROPOSTA APROVADA

Salário de juízes pode ser turbinado

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou ontem a proposta que turbina os salários de juízes, membros do Ministério Público, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos, a chamada PEC do Quinquênio. A proposta altera a Constituição para garantir aumento de 5% do salário e foi aprovada por 18 votos a 7 e depende, agora, de avaliação pelo plenário do Senado. Segundo o relator e o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o Senado deve promover uma sessão de debates antes da votação. SEU DINHEIRO/A5

Criança é baleada em operação na Zona Sul da Capital ESTADO/A6

ISABELA CARRARI/PMS

Propostas para projeto do túnel são apresentadas em 1ª audiência

Outros dois encontros acontecem ainda nesta semana na Região CIDADES/A3

OPERAÇÃO FIM DA LINHA

Justiça torna réus 19 alvos no transporte

A Justiça de São Paulo aceitou a denúncia feita pelo Ministério Público e transformou 19 alvos da Operação Fim da Linha em réus. Eles agora serão julgados por supostamente terem participado de esquema de lavagem de dinheiro que teria sido utilizado pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte público de São Paulo por meio de duas empresas de ônibus, a Upbus e a Transwolff. Os réus foram denunciados pelo Ministério Público pelos crimes de organização criminosa, lavagem de capitais, extorsão e apropriação indébita. ESTADO/A6

Governo de SP usará o ChatGPT para aulas digitais ESTADO/A6

ISSN 2177-0824

CONTRA PONTO

Por LG Rodrigues e colaboradores

FOTOS: ANDRÉ CARRASCO/PREFEITURA DE PERUÍBE

Litoral sul. O prefeito de Peruíbe, Luiz Mauricio (PSD), participou nesta terça-feira (16) de uma reunião no Palácio dos Bandeirantes, com o secretário de Governo e Relações Institucionais, Gilberto Kassab. "Dia de agenda muito positiva para fortalecer nosso grupo político e garantir a continuidade dos avanços em Peruíbe", afirmou o prefeito, que esteve acompanhado da vereadora Socorro Mendonça e três pré-candidatos do grupo à Prefeitura: Felipe Bernardo, André de Paula e Paulinho da TV.

Abre aspas. "Foi uma excelente oportunidade para manter um diálogo construtivo com o Governo do Estado, alinhar projetos e discutir outras pautas para o desenvolvimento da cidade. Agradeço ao secretário Kassab pela calorosa recepção. Vamos em frente, ao trabalho, porque Peruíbe não pode parar."

Anote. Poetas de todo o país têm até o dia 10 de maio para inscrever as suas obras originais na segunda edição do Prêmio Claudio Willer, realizado pela União Brasileira dos Escritores (UBE). Poeta, ensaísta, crítico e tradutor paulistano, Willer (1940-2023) foi um grande propagador dos versos da geração beatnik no país e atuou como presidente da UBE em dois períodos: entre 1988 e 1992 e de 2000 a 2004. Para saber mais sobre a chamada pública e acessar a ficha de inscrição, visite: www.ube.org.br/inscricao-premio-claudio-willer-2024/

De mudança. Messias Ribeiro do Nascimento, o conhecido Messias do Caranguejo, saiu do PL e retornou ao PSD onde, nas eleições de 2016 teve quase 1.400 votos quando tentou se eleger vereador em Santos. Agora, tentará novamente a empreitada eleitoral.

Bikes. A Parceria Público-Privada do Lote Litoral, que contempla rodovias que ligam o Alto Tietê ao litoral sul do Estado de São Paulo, prevê a construção de 73 km de ciclovias ao longo dos trechos.

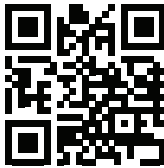
Como foi. O consórcio Novo Litoral, liderado pela Companhia Brasileira de Infraestrutura (CBI), venceu o leilão internacional realizado nessa terça-feira (16), na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. O grupo propôs desconto de 10,17% sobre a contraprestação pública máxima de R$ 199 milhões por ano a ser paga pelo Estado.

Pista. O trecho que liga Bertioga a Santos deve receber ciclovia em toda a extensão, de cerca de 36 km, além de ser totalmente duplicado. A concessão também prevê a construção de 33 km de ciclovias na região de Itanhaém e Peruíbe. Outros 4 km serão instalados entre as cidades de Peruíbe e Miracatu.

CHARGE

POST IMPRESSO

Este espaço é destinado a você, leitor-internauta, para reclamar, comentar, sugerir, interagir... sobre seu bairro, sua cidade, nossas matérias, enfim, ele foi desenvolvido com o objetivo de ser a voz da população. Só há um pedido: que atentem às palavras. As expressões ofensivas - que não sugerem melhorias à população - não poderão ser publicadas devido à nossa função pública. Comente em nossas redes sociais.

Leia no site utilizando o QR Code

Para acessar a matéria no seu celular, basta que o seu Smartphone tenha uma câmera fotográfica e um leitor de QR Code instalado. Acesse a Play Store ou a Apple Store e baixe a ferramenta de forma gratuita. Depois, acesse o aplicativo e posicione o leitor sobre o código acima.

Mais um policial pra estatística

Rogério Jacques, sobre: Cenário de Calixto e pioneira do Porto, Casa de Pedra vai ser 'desmontada'

Será que não dá para manter essa de Calixto

João Neves, sobre: Cenário de Calixto e pioneira do Porto, Casa de Pedra vai ser 'desmontada'

Época de eleição

Daniel Furlan, sobre: Pessoas em situação de rua: alvos da Câmara

Não entendi o pq não prenderam ngm em santos tbm

Tiago Porto, sobre: Vereador Ricardo Queixão é preso em Operação do GAECO na Região

Olha a Centro-direita aí...

Mauricio Valente, sobre: Vereador Ricardo Queixão é preso em Operação do GAECO na Região

Se essa operação vier pra São Vicente. Vai ter que fechar a câmara.

joab_rebeca, sobre: Vereador Ricardo Queixão é preso em Operação do GAECO na Região

OAB SP e os 40 anos das 'Diretas Já': **nosso compromisso continua!**

Há 40 anos, o Brasil presenciava o maior movimento popular da sua história. O vale do Anhangabaú, na capital paulista, ficou tomado por mais de um milhão de pessoas, que levavam faixas, bandeiras amarelas e um grito uníssono por democracia. O movimento "Diretas Já", criado meses antes, ganhou força e apoio de quem já não tolerava mais a ditadura e reivindicava o direito fundamental de escolher democraticamente o próximo presidente da República.

Protagonista na luta pela redemocratização do país, a nossa Seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) participou ativamente do movimento "Diretas Já" desde o início. A OAB SP foi escolhida, por sua credibilidade e neutralidade, para presidir o Comitê Suprapartidário, que organizou os atos e desempenhou papel importante na mobilização da sociedade.

A instituição também se mostrou atuante quando o Estado Democrático de Direito começava a renascer no horizonte. Sob o comando do saudoso Mário Sérgio Duarte Garcia, o Comitê era formado por partidos políticos, centrais sindicais, entidades, artistas, estudantes, entre outros grupos de uma sociedade dividida e traumatizada. A OAB SP foi a voz imparcial, de moderação e união, para coordenar o movimento pela liberdade de escolha e de expressão.

Como sabemos, dias depois daquela manifestação histórica no Anhangabaú, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso, adiando o ideal democrático de eleger direta e livremente o presidente da República. Mas aquele grito uníssono por democracia e liberdade continuou ecoando anos depois. A multidão pintada de amarelo preparou o terreno para algo novo.

Tão importante quanto recordar essa história de luta é olhar para a democracia brasileira como um grande projeto em construção e saber que esta obra nunca estará pronta. São tantos desafios e ameaças que precisamos seguir firmes em nossa vigilância, manter as instituições fortes e sempre reforçar os pilares dessa construção – o voto direto é um deles.

Mais que uma entidade representativa de classe, a OAB SP seguirá atuando como uma força de resistência e de defesa dos valores democráticos, combatendo qualquer forma de retrocesso. Dia após dia, seguiremos lutando incansavelmente para que os ideais pelos quais tantos brasileiros lutaram não sejam esquecidos, e para que o Brasil possa continuar avançando rumo a um futuro de liberdade, justiça e igualdade para todos os seus cidadãos.

Que a história das "Diretas Já" nos inspire a manter viva a chama da democracia em nosso país, e que possamos honrar o legado daqueles que sacrificaram tanto para conquistar a liberdade e os direitos de que hoje desfrutamos. A OAB SP sempre lutará contra todas as formas de autoritarismo e de tirania, venham de onde vierem.

Viva o voto direto, viva a democracia, e viva o Brasil!

*** Patricia Vanzolini,** presidente da OAB SP, e Leonardo Sica, vice-presidente da OAB SP

DIÁRIO do litoral.com.br

Informação é Tudo
Somos Impresso.
Somos Digital.
Somos Conteúdo.
Diário do Litoral - 25 anos

SERGIO SOUZA
Fundador

ALEXANDRE BUENO
Diretor Presidente

DAYANE FREIRE
Diretora Administrativa

ARNAUD PIERRE COURTADON
Editor Responsável

JORNAL DIÁRIO DO LITORAL LTDA · Fundado em 12/11/1998 · Jornalista Responsável: Alexandre Bueno (MTB 46737/SP) · **Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Folhapress (FP) · **Comercial e Redação:** Rua General Câmara, 141 SALA 82 - Centro - Santos. CEP: 11010-121 - Fone: 13. 3307-2601 · **Parque Gráfico:** Rua General Câmara, 254. Centro - Santos. CEP: 11010-122. **São Paulo:** Rua Tuim, 101-A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-100 - Fone: 11. 3729-6600 · Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM DIÁRIO

Fundador - Sergio Souza
sergio@diariodolitoral.com.br
Diretor Presidente - Alexandre Bueno
alexandre@diariodolitoral.com.br
Diretora Administrativa - Dayane Freire
administracao@diariodolitoral.com.br
Editor Responsável - Arnaud Pierre
editor@diariodolitoral.com.br
Site e redes sociais
site@diariodolitoral.com.br

Fotografia
fotografia@diariodolitoral.com.br
Publicidade
publicidade@diariodolitoral.com.br - marketing@diariodolitoral.com.br
Financeiro
financeiro@diariodolitoral.com.br
Gráfica
grafica@diariodolitoral.com.br
Telefone Gráfica e Redação
13. 3307-2601
Site - www.diariodolitoral.com.br

Edição digital certificada:

Jornal Associado:

SANTOS. Serão quase meio milhão, exatos 495.681,12, por ano com aluguel do equipamento e sistema integrado para votação de vereadores

Câmara vai gastar R$ 41.306,00 por mês com painel eletrônico

A Mesa Diretora da Câmara de Santos vai gastar quase meio milhão, exatos 495.681,12, por ano com aluguel de um painel eletrônico e sistema integrado de votação. Serão pouco mais de R$ 41.306,00 pôr mês para expor a votação dos nobres edis em oito sessões de, no máximo, quatro horas cada, o que perfaz R$ 5.163,25 por sessão.

O custo do painel daria para pagar um salário mínimo – R$ 1.412,00 - para 29 trabalhadores, numa cidade que tem um número significativo de desempregados e de pessoas em extrema vulnerabilidade social.

O equipamento está sendo instalado no plenário da Casa, cuja reforma já vem sendo alvo de investigação do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP).

Geralmente, painéis eletrônicos são instalados quando existe a necessidade de rapidez em votações por conta do grande número de parlamentares. Por exemplo, a Câmara dos Deputados (Brasília), que agrega 513 deputados. A Câmara de Santos tem 21 vereadores.

O gasto não é unanimidade na Casa. Na última sessão, dois vereadores de vertentes ideológicas antagônicas (opostas) – Benedito Furtado (PSB) e Rui de Rosis (PL) – pediram para que a Mesa Diretora refletisse sobre a questão de se gastar quase meio milhão por ano com um painel.

A Mesa Diretora é formada por Carlos Teixeira Filho, o Cacá (presidente); Paulo Miyasiro (1º vice-presidente); Francisco Nogueira (2º vice-presidente); Lincoln Reis (1º secretário) e João Neri (2º secretário), já foi alvo de reportagem do Diário.

"Um contrato de R$ 500 mil por ano para a gente sequer ter o direito de falar, voto sim ou voto não. Teremos que apertar um botão e gastar mais de R$ 40 mil mês. Estamos cada vez mais criando despesas fixas para o parlamento. Na hora que o percentual de repasse de 5% baixar para 3% ou menos da receita líquida do Município, vamos ter que fechar a Câmara. É muita despesa. Eu sei que todas as despesas foram heranças (da Mesa anterior), mas precisam ser revistas pela Mesa atual", desabafou Furtado.

Rui De Rosis afirma que na sessão desta quinta-feira irá ser mais contundente que na passada em relação ao gasto com painel. "Gastar tanto dinheiro com algo tão supérfluo, especialmente após o escândalo da reforma do Plenário da Câmara, é uma prova de que muitos membros do Legislativo se recusam a ouvir os anseios da população. O cidadão santista não aguenta mais gastos que pesam no bolso, mas que não são revertidos em benefícios para a cidade. Sou contra esse painel e continuarei denunciando esses gastos absurdos. Os vereadores não podem agir como se a opinião do povo, que foi quem os elegeu, não importasse", afirma De Rosis.

Carlos Ratton/DL
Estrutura do painel eletrônico já está posicionada. Reforma do plenário continua, mesmo sob investigação do Ministério Público

Oito sessões mensais de cerca de quatro horas cada perfaz o valor de R$ 5.162,50 por sessão. Painel já se encontra no Legislativo santista

PAGAMENTO.
Segundo informações, o pagamento do painel só será iniciado após entrar em funcionamento, ou seja, no fim da reforma, quando as sessões retornarão ao Castelinho. Atualmente elas estão ocorrendo na Sala Princesa Isabel, no Paço Municipal.

O contrato não é novo e chegou a ficar suspenso de 13 de dezembro de 2021 a 23 de junho de 2023 por força de decisão judicial após, segundo apurado, uma das empresas ter ingressado com recurso à licitação. Ele teria sido aditado duas vezes e, no último, foi acrescido um valor por conta da atualização do equipamento.

A REFORMA.
O Diário já publicou gastos com móveis na ordem de cerca de R$ 1,5 milhão. A reportagem apontou que somente com sete mesas os parlamentares santistas gastarão R$ 943.349,30). Somente com a mesa diretora serão gastos R$ 159.422,10. Dois púlpitos custarão R$ 75.933,60 (R$ 37.966,80 cada).

Com 27 poltronas giratórias para vereadores (as) serão gastos R$ 332.410,50 (R$ 12.311,50 cada poltrona). Com cinco poltronas giratórias de apoio serão gastos R$ 19.173,50 (R$ 3.834,70 cada). E ainda com 18 poltronas fixas o valor será R$ 105.544,80 (R$ 5.863,60 cada). O tablado (parte mais alta do plenário em que fica a Mesa Diretora) custará R$ 676.426,00.

Tem mais. O isolamento acústico (paredes e piso) do Plenário Doutor Oswaldo de Rosis custará R$ 314.708,00. Iluminação, microfones e tomadas custarão R$ 421.748,00. A retirada da antiga estrutura custou R$ 125.779,70 e o fornecimento de projetos custou R$ 91.905,60.

JUSTIFICATIVAS.
A Reforma do plenário está a cargo da empresa Reforplan Reformas Planejadas Ltda. A Câmara afirma que o certame (da reforma) seguiu a legislação vigente que rege os devidos procedimentos licitatórios, em conformidade com as boas práticas de gestão pública e dentro dos parâmetro estipulados pelos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado.

Sobre o painel, a Reportagem entrou em contato com a Câmara desde as primeiras horas da manhã até às 17h30, mas não recebeu uma posição institucional da Casa sobre a questão. **(Carlos Ratton)**

São Vicente inclui público 55+ na prioridade para vacinar

A Prefeitura de São Vicente, por meio da Secretaria da Saúde, informa que a partir de hoje (18) irá adicionar pessoas acima dos 55 anos ao grupo prioritário para recebimento da vacina contra a gripe.

O imunizante é aplicado nas 26 unidades de saúde da Cidade, que funcionam das 9h às 16h30, de segunda a sexta-feira, e no posto de vacinação do Brisamar Shopping (Rua Frei Gaspar, 365 - Centro, loja 120 - térreo), de segunda a sábado, das 10h às 19h.

Para recebimento da dose é necessário que o munícipe apresente um documento com foto e a carteirinha de vacinação.

Atualmente, a vacina está disponível para os seguintes grupos prioritários: crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes, puérperas, idosos acima de 60 anos de idade, povos indígenas, trabalhadores de saúde, pessoas com deficiência permanente, pessoas com comorbidades, professores, forças armadas, pessoas em situação de rua, forças de segurança, caminhoneiros, trabalhadores de transporte e trabalhadores portuários. **(DL)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
O imunizante é aplicado nas 26 unidades de saúde da Cidade

Propostas para projeto do túnel Santos-Guarujá são apresentadas

A primeira audiência pública para discutir o projeto do túnel imerso Santos-Guarujá aconteceu nesta quarta-feira (17), na Associação Comercial de Santos. O público presente pôde obter informações detalhadas e contribuir com proposta para o aprimoramento do Projeto de Concessão Patrocinada dos serviços públicos de construção, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração da futura ligação entre as duas cidades da Baixada Santista.

"O túnel é um sonho antigo, mas esse sonho tem que sair do papel. E esse é o momento. É uma obra que une cidades, une pessoas e que reforça o pacto federativo, na união do Governo Federal, Estadual e os municípios, principalmente, Santos e Guarujá", destacou o prefeito Rogério Santos na abertura do evento.

O chefe do Executivo santista lembrou ainda que será uma obra inédita no país, pela metodologia e tecnologia inovadora. "As audiências públicas seguem para o aprimoramento do projeto e Santos já fez as suas indicações ao Governo do Estado, à Comissão Organizadora, colocando as nossas preocupações em relação a possíveis desapropriações, que não tenham viadutos na área urbana e com a mudança do trânsito", diz.

"A participação popular, nesse momento, vai ajudar a direcionar projetos, escutar as demandas das pessoas, dos impactos que elas vão sofrer. Essa audiência pública tem a finalidade justamente de escutar a nossa sociedade. Então é um momento oportuno para que o cidadão coloque as suas questões para que todos os agentes envolvidos, como a Autoridade Portuária, a Prefeitura de Santos, os governos Estadual e Federal, possam dar atenção a essas demandas do cidadão", afirma o secretário municipal de Assuntos Portuários e Emprego, Francisco Elias Júnior.

Para o diretor geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Milton Persoli, que presidiu a mesa, as audiências são imprescindíveis. "É um momento especial em que os projetos são trazidos para comunidades. Não temos um projeto definitivo, mas uma referência, onde as contribuições de todos serão levadas para o projeto final", explica. A estimativa da Artesp é de que, após os períodos de audiências públicas e análises das sugestões, o edital do túnel seja lançado no próximo ano. **(DL)**

DADOS. Inadimplência entre os terminais portuários é alta

Terminais: Santos quer arrecadar mais IPTU

NAIR BUENO/DL

Em 2024, a Sefin lançou carnês para 'apenas' 37 inscrições imobiliárias, mas pretende arrecadar R$ 34,8 milhões

A Prefeitura de Santos pretende arrecadar 56,26% a mais com IPTU dos terminais portuários em 2024. E isso acontecerá mesmo com o lançamento de menos carnês aos arrendatários do Porto neste ano. Em 2023, a Secretaria Municipal de Finanças e Gestão (Sefin) lançou carnês de cobrança para 60 inscrições imobiliárias. O valor total projetado pelo Município somava R$ 22,5 milhões. Em 2024, a Sefin lançou carnês para 'apenas' 37 inscrições imobiliárias, mas pretende arrecadar R$ 34,8 milhões. Ou seja, a projeção é de um aumento de mais de R$ 12,3 milhões em arrecadação com os terminais portuários de um ano para o outro. Porém, essa previsão esbarra na inadimplência de 14% entre esses contribuintes.

E essa insolvência é superior à média geral dos contribuintes municipais. Segundo a Secretaria de Finanças e Gestão, a inadimplência do IPTU e da Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar, cobrados conjuntamente, foi de 9,74%, em 2022. Já no ano passado, esse índice foi de 10,25%. Ou seja, a inadimplência entre os terminais portuários é 40% superior à dos demais contribuintes santistas.

E ela é alimentada por batalhas judiciais acerca do direito do Município de cobrar ou não o imposto de prestadores de serviços que substituem o poder público e que ocupam imóveis e bens da União no exercício de suas atividades. É a chamada imunidade recíproca, prevista no Artigo 150, Inciso VI, da Constituição Federal. Municípios, estados e União não podem cobrar impostos entre si, uns dos outros.

"Há empresas se movimentando e já existem decisões monocráticas favoráveis a algumas empresas. Essa é uma discussão que está só começando. É um equívoco admitir que não cabe imunidade fiscal aos arrendatários (de áreas no Porto)", resume a advogada Marcela Carvalho Bocayuva, que é coordenadora da Escola Nacional da Magistratura, mestra em Direito Público pelo Centro Universitário de Brasília e especialista pela Fundação Escola Nacional do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

E o Artigo 21, Inciso XII, alínea F da Constituição Federal estabelece que é de titularidade da União a exploração dos portos marítimos, fluviais e lacustres.

"A norma constitucional estabeleceu expressamente que a exploração de atividades relacionadas aos portos ostenta status de serviço público, independentemente de se concretizar de forma direta ou indireta", explica Marcela Bocayuva, que representa terminais portuários santistas em ações contra a cobrança do IPTU.

"E ao optar por não prestar o serviço, o Estado transfere apenas a execução, mas não a titularidade do serviço, o que pode ocasionar na sua retomada. Ainda que em se tratando de arrendamento portuário, é lícito à empresa arrendatária executar as funções típicas do serviço público que lhe foi delegado. E o objetivo último dos serviços públicos é garantir a fruição de direito fundamentais", completa a advogada, com bom trânsito em alguns dos gabinetes do Supremo Tribunal Federal (STF), também detém formação específica nas Universidades de Harvard e de Chicago, nos Estados Unidos.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SANTOS

A Procuradoria Geral do Município cobrava na Justiça desde 2000 o imposto de 59 terminais

ATIVIDADE ECONÔMICA. Em release datado de 2018, a Prefeitura alegou que "foram aproximadamente 20 anos de discussões em várias esferas judiciais até que os ministros (do STF) decidissem a favor de Santos".

A decisão a que se referia o Município na ocasião versava sobre o Recurso Extraordinário 594.015, que a Petrobras havia interposto contra a cobrança de IPTU em uma área ocupada pela empresa no Porto. "O STF consolidou o resultado de forma unânime", resumiu a Prefeitura.

A Procuradoria Geral do Município cobrava na Justiça desde 2000 o imposto dos 59 terminais (controlados por 32 empresas) situados no Município. O argumento é que, apesar de a Administração Pública contar com imunidade tributária recíproca, este benefício não deve valer quando um espaço público é explorado pela iniciativa privada, como ocorre nos terminais do Porto.

Essa visão contrasta com as relações imobiliárias convencionais, quando o IPTU é normalmente pago pelo proprietário do imóvel, não pelo inquilino. Comparando, grosso modo, a União segue sendo a legítima proprietária dos imóveis no cais, enquanto os terminais privados seriam meros locatários/arrendatários.

CARNÊS. Para justificar a redução no número de contribuintes passíveis de cobrança do IPTU na área portuária, a Secretaria Municipal de Finanças e Gestão esclareceu que "secretarias municipais diversas realizaram em conjunto um trabalho de reunião de vários lotes de mesmos arrendatários do Porto de Santos numa única inscrição imobiliária para cada contribuinte de igual razão ou denominação social".

E que o número total de carnês emitidos foi feito "com base nos contratos de arrendamento da União, diminuindo a quantidade desses registros cadastrais de 2023 a 2024 para a cobrança de IPTU".

Além disso, segundo a Sefin "os arrendatários do Porto de Santos apresentaram acréscimo de áreas construídas em seus respectivos lotes, aumentando consequentemente a receita tributária do IPTU de 2023 para 2024 nesse trabalho de revisão fiscal dos contratos de arrendamento da União". **(Nilson Regalado)**

Mudança de entendimento do STF motivou cobrança

A chamada imunidade recíproca foi desconsiderada pelo Supremo Tribunal Federal em duas decisões de outubro e novembro de 2018. E elas se tornaram paradigmas para os demais processos questionando a incidência do IPTU sobre os terminais portuários. O novo entendimento a partir de decisões do ex-ministro Marco Aurélio Mello e do atual ministro Edson Fachin definiu que "a imunidade recíproca, prevista no Artigo 150, VI, a da Constituição não se estende à empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos" e que "nessa hipótese é constitucional a cobrança de IPTU pelo município".

Essa decisão revisou o entendimento anterior do próprio STF, de 2002. Na ocasião, o então ministro Ilmar Galvão considerou que não cabia a cobrança de IPTU em contratos de arrendamento nos imóveis que "compõem o acervo patrimonial do Porto de Santos, integrantes do domínio da União".

Galvão foi incisivo: "Impossibilidade de tributação pela Municipalidade, independentemente de encontrarem-se tais bens ocupados pela empresa delegatária dos serviços portuários, em face da imunidade prevista no Artigo 150, VI, a, da Constituição Federal".

Mas, o então ministro fez a ressalva de que tal imunidade estava restrita "aos impostos, não se estendendo às taxas".

REVISÃO DE CONTRATOS. Essa inclusão dos terminais portuários no polo passivo da obrigação tributária a partir de 2018 levou a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a admitir a revisão de contratos visando o reequilíbrio econômico-financeiro dos arrendamentos portuários devido ao impacto provocado pela incidência do IPTU.

Gustavo Moreno/SCO/STF

A imunidade recíproca foi desconsiderada pelo Supremo Tribunal Federal em duas decisões de outubro e novembro de 2018

Ou seja, a Antaq reconheceu que a mudança de entendimento da Suprema Corte demanda aumento nos custos de operação dos terminais e que é possível que arrendatários percam a competitividade em suas operações. E vislumbrou o restabelecimento da previsibilidade, coerência e segurança jurídica da relação contratual.

E essa mudança de entendimento impacta, ainda que indiretamente, o bolso do consumidor. "A cobrança de um imposto oneroso nos contratos de arrendamento foi responsável por causar prejuízos em todos os âmbitos da relação contratual, entre o arrendatário e o poder concedente, e, em última instância, ao consumidor final", observa a advogada Marcela Carvalho Bocayuva.

"A aplicação do IPTU nos contratos de arrendamento vai de encontro com a própria natureza do serviço de exploração das instalações portuárias, o qual é essencialmente serviço público. Esse é um fator que obsta o incentivo dos investimentos do setor portuário, reduz a atratividade, uma vez que é capaz de alterar até mesmo o valor das licitações, tornando-se um fator limitador da concorrência e da competitividade", conclui a advogada. **(Nilson Regalado)**

Orçamento: PG abre sugestões

A população de Praia Grande pode enviar propostas e sugestões para a elaboração do orçamento público de 2025. Para isso, basta acessar o novo canal de comunicação aberto pela Prefeitura ontem (17): www.praiagrande.sp.gov.br/loa2025

Dentro do portal, na área "Como Participar", os munícipes podem selecionar uma das 19 áreas da Administração Pública, preencher um formulário com dados pessoais, inserir a proposta ou sugestão no espaço indicado e concluir o envio. As participações estarão abertas até 27 de julho de 2024.

De acordo com o secretário de Finanças, Cristiano Mola, esta participação popular é muito importante. "Os munícipes podem apontar seus anseios e contribuindo ativamente com propostas". **(DL)**

OBRIGATÓRIO

Concurso Unificado terá biometria

O candidato que fizer a prova do Concurso Nacional Unificado, em 5 de maio, terá a sua digital coletada no dia do exame. Quem recusar a coleta da biometria será desclassificado do concurso.

Conforme a Folha havia adiantado, a coleta de dados biométricos faz parte de plano de segurança desenvolvido pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e pelo Ministério da Justiça em conjunto com as polícias Federal e Rodoviária Federal contra golpes e fraudes na prova.

A regra foi publicada nesta quarta-feira (17) no DOU (Diário Oficial da União) pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. De acordo com o edital no DOU (Diário Oficial da União), a medida será adotada "para a segurança dos candidatos e a lisura do certame".

O procedimento será feito por um dos fiscais presentes no local da prova e a coleta acontecerá durante a realização do exame. No mesmo edital, o ministério confirmou os horários das provas, que serão realizadas em dois períodos, conforme já havia sido divulgado no início do mês.

A prova da manhã começará às 9h (horário de Brasília), com a abertura dos portões às 7h30 e às 8h30. A duração será de 2h30.

Para os inscritos na disputa por vagas de nível superior (blocos 1 a 7), o teste terá 20 questões objetivas de múltipla escolha de conhecimentos gerais e uma pergunta dissertativa de conhecimento específico. Para os candidatos de nível médio (bloco 8), o exame terá 20 questões de múltipla escolha de conhecimento geral e uma redação.

No mesmo dia será realizada a segunda prova, que começará às 14h30, com os portões abrindo às 13h e fechando às 14h. Os concorrentes terão 3h30 para entregar o teste.

Os candidatos de nível superior vão responder 50 perguntas de múltipla escolha de conhecimentos específicos. Já os participantes para nível médio farão uma prova com 40 questões de múltipla escolha.

Para os inscritos na disputa por vagas de nível superior (blocos 1 a 7), o teste terá 20 questões objetivas de múltipla escolha de conhecimentos gerais e uma pergunta dissertativa de conhecimento específico. Para os candidatos de nível médio (bloco 8), o exame terá 20 questões de múltipla escolha

ANOTAÇÕES.
Além da coleta da biometria, o ministério anunciou outra regra que poderá desclassificar o concurseiro. O candidato não poderá fazer anotações no cartão de confirmação de inscrição. Qualquer rasura resultará na desclassificação imediata.

O candidato só poderá fazer anotações no cartão de resposta, no caderno de questões, na folha de redação e na folha discursiva. O concorrente também está impedido de levar o caderno de questões consigo antes, durante e após a prova.

O cartão de confirmação da inscrição deverá ser impresso e levado no dia da prova, junto com um documento oficial com foto. Se o documento apresentado for online, é preciso se certificar de ter baixado antes e aplicativo e que ele funcione. Celulares podem ser levados, mas não poderão ser ligados, sob pena de desclassificação.

O concurso nacional será aplicado em 228 cidades do país para 2,1 milhões de inscritos, que disputam 6.640 vagas em 21 órgãos públicos. Os cartões de confirmação serão divulgados a partir de 25 de abril, com os locais de prova. **(FP)**

Salário de juízes pode ser turbinado

DINHEIRO. Proposta altera Constituição para garantir aumento de 5% do salário para as carreiras a cada cinco anos

DIVULGAÇÃO/SENADO FEDERAL

PEC original tratava apenas de juízes e membros do MP, mas o relator, senador Eduardo Gomes incluiu defensores públicos

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou nesta quarta-feira (17) a proposta que turbina os salários de juízes, membros do Ministério Público, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos, a chamada PEC do Quinquênio.

A proposta foi aprovada por 18 votos a 7 e depende, agora, de avaliação pelo plenário do Senado. Segundo o relator e o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o Senado deve promover uma sessão de debates antes da votação.

A proposta altera a Constituição para garantir aumento de 5% do salário para as carreiras contempladas a cada cinco anos, até o limite de 35%. A atuação jurídica anterior dos servidores na advocacia, por exemplo poderá ser usada na contagem de tempo.

A PEC original tratava apenas de juízes e membros do Ministério Público, mas o relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), incluiu defensores públicos; membros da advocacia da União, dos estados e do Distrito Federal; e delegados da Polícia Federal.

Segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), o Ministério da Fazenda estima impacto de R$ 42 bilhões por ano nas contas públicas, a depender do número de carreiras incluídas.

Apresentada em 2013, a PEC do Quinquênio voltou a ser alvo de articulação em 2022 durante a presidência de Luiz Fux no STF (Supremo Tribunal Federal) e recebeu apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é advogado.

Pacheco tentou aprovar o penduricalho no fim do governo Jair Bolsonaro (PL), mas adiou a votação a pedido da equipe de Lula (PT), então recém-eleito. A PEC acabou arquivada ao final da legislatura, mas foi reapresentada pelo senador em março do ano passado.

A volta da PEC à agenda do Senado desagradou ao governo. Mesmo que a aprovação seja acompanhada do avanço do projeto que combate os supersalários, o gasto adicional com o penduricalho mais que anulará qualquer economia obtida.

Wagner expôs uma série de argumentos contrários à PEC na sessão desta quarta e disse que o quinquênio pode provocar um "tsunami" nas contas da União e dos estados.

O senador afirmou que a política é ruim do ponto de vista de gestão por conceder aumento automaticamente, sem considerar o desempenho do servidor público, e destacou que o alegado orçamento próprio do Judiciário é apenas um orçamento previsto com recursos públicos.

"É um tsunami do ponto de vista das chamadas carreiras jurídicas. Isso vai ter impacto nos 26 estados e no Distrito Federal. Não me digam que isso está restrito, não ficará restrito. A pressão sobre os governadores será imensa, até porque há similitude entre o salário de desembargadores e ministros do Supremo."

Um estudo do CLP (Centro de Liderança Pública) afirma que o pagamento do quinquênio apenas para juízes e membros do Ministério Público terá impacto de R$ 1,8 bilhão por ano nas contas públicas. Cerca de 32 mil pessoas seriam beneficiadas. **(FP)**

Fique ligado

Online representa 16% das vendas do comércio no Brasil

Uma parcela de 16% do volume total de vendas do comércio no Brasil veio de canais digitais como sites, aplicativos e emails no primeiro trimestre de 2024, indica pesquisa do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Essa participação, diz o estudo, aumentou pelo quarto trimestre consecutivo. O percentual era de 15,5% nos três meses imediatamente anteriores (outubro a dezembro de 2023).

O patamar de 16% é o maior para as vendas digitais desde o segundo trimestre de 2021 (21,2%). À época, as restrições de mobilidade provocadas pela pandemia de Covid-19 prejudicavam o consumo nas lojas físicas.

O patamar de 16% é o maior para as vendas digitais desde o segundo trimestre de 2021 (21,2%)

O percentual mais recente (16%) supera com folga o registrado nos meses anteriores ao início da crise sanitária, em 2020. A parcela digital era de 9,2% no pré-pandemia.

Os números integram a Sondagem do Comércio do FGV Ibre. "A gente observa um avanço sútil das vendas online no primeiro trimestre, mas, ao longo do tempo, vê que elas estão ganhando mais espaço", afirma a economista Geórgia Veloso, do FGV Ibre.

"Houve uma variação expressiva no período pandêmico devido às restrições [à circulação de pessoas]. Os empresários do comércio adquiriram know-how, uma bagagem de conhecimento, sobre as vendas online", acrescenta.

Conforme a pesquisa, o desempenho no primeiro trimestre de 2024 foi puxado pela alta dos negócios digitais no chamado varejo restrito, com destaque para a atividade de livros, jornais, revistas e papelaria. Esse aumento pode ser associado à compra de materiais escolares para a volta às aulas, diz o FGV Ibre.

No sentido contrário, houve recuo relativo das vendas online em segmentos como veículos, motos e peças e material para construção. Segundo o estudo, são atividades afetadas pelo período de férias escolares e Carnaval, com repercussão nos negócios digitais.

GETTY IMAGES

Conforme a pesquisa, o desempenho no primeiro trimestre de 2024 foi puxado pela alta dos negócios digitais no chamado varejo restrito, com destaque para a atividade de livros, jornais, revistas e papelaria. Esse aumento pode ser associado à compra de materiais escolares

INVESTIGAÇÃO. Como a operação corre sob sigilo, os nomes dos alvos não foram divulgados nem pelo MP e nem pela Justiça

Justiça torna réus 19 alvos da Operação Fim da Linha em SP

A Justiça de São Paulo aceitou a denúncia feita pelo Ministério Público e transformou 19 alvos da Operação Fim da Linha em réus. Eles agora serão julgados por supostamente terem participado de esquema de lavagem de dinheiro que teria sido utilizado pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte público de São Paulo por meio de duas empresas de ônibus, a Upbus e a Transwolff.

Os réus foram denunciados pelo Ministério Público pelos crimes de organização criminosa, lavagem de capitais, extorsão e apropriação indébita. Como a operação corre sob sigilo, os nomes dos alvos não foram divulgados nem pelo Ministério Público e nem pela Justiça.

A Operação Fim da Linha foi deflagrada na semana passada. A ação resultou na prisão de sete pessoas, sendo que uma delas foi presa ontem, na Operação Mudi-tia. Os agentes apreenderam 11 armas, 813 munições diversas, R$ 161 mil, computadores, HDs e pen drives, assim como dólares e barras de ouro.

Os envolvidos foram acusados de usar o serviço de transporte público por ônibus na capital para esconder a origem ilícita de ativos ou capital provenientes de tráfico de drogas, roubos e outros delitos.

A denúncia feita pelo Ministério Público revela que, entre os anos de 2014 e 2024, uma pessoa que coordenava as atividades de tráfico do PCC e um outro indivíduo injetaram mais de R$ 20 milhões em recursos obtidos de forma ilícita em uma cooperativa de transporte público da zona leste, que viria a se transformar na UpBus.

Isso viabilizou a participação da empresa na concorrência promovida pela prefeitura de São Paulo em 2015. Essas duas pessoas integravam o quadro societário da UpBus.

Já na Transwolff (TW), entre os anos de 2008 e 2023, dez denunciados "constituíram e integraram uma organização criminosa e utilizaram o grupo econômico TW/Cooperpam para cometer os crimes de apropriação indébita, extorsão, lavagem de bens, direitos e valores, e fraudes licitatórias".

Eles lavaram cerca de R$ 54 milhões de dinheiro do crime, especialmente oriundo do tráfico de drogas, utilizando-se da empresa de transporte, que também precisava de recursos para se qualificar à licitação.

Ambas as empresas sofreram intervenção do município. Em edição extraordinária publicada na semana passada em Diário Oficial do município, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, decretou intervenção, informando que a prefeitura, por meio da SPTrans, assumiria o controle das linhas. **(AB)**

REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Operação Fim da Linha em São Paulo mirou duas empresas de ônibus, a Upbus e a Transwolff, suspeitas de envolvimento com o PCC

EM PARAISÓPOLIS

Criança é baleada em operação na Zona Sul

Uma criança de 7 anos foi atingida por um disparo na manhã desta quarta-feira (17) enquanto seguia para a escola, em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo.

De acordo com uma liderança comunitária, havia uma operação da Polícia Militar na comunidade no momento em que a criança foi atingida. O caso foi por volta das 7h50.

A SSP (Secretaria da Segurança Pública), afirma que policiais militares faziam patrulhamento na comunidade de Paraisópolis, na manhã desta quarta-feira, quando foram recebidos a tiros por criminosos na Viela Passarinho.

"Os policiais intervieram e os suspeitos fugiram. Após a ação, foi constatado que uma criança estava com um ferimento na cabeça. Ela foi socorrida e transferida ao Hospital Campo Limpo, onde está consciente e sob cuidados médicos", afirma em nota.

A criança teria 5 anos, de acordo as informações iniciais, e passava pela rua Ernest Renan, quando foi atingida pelo disparo na cabeça. Ainda não se sabe de onde partiu o tiro que a atingiu. **(Francisco Lima Neto e Paulo Eduardo Dias-FP)**

Estado anuncia novos leitos em hospitais

Expansão amplia resiliência na rede e vai desafogar unidades com picos de atendimento por dengue e doenças respiratórias

O fortalecimento da assistência aos usuários da rede pública de saúde ganhou reforço nesta quarta-feira (17), com o anúncio do governador Tarcísio de Freitas de 386 novos leitos em hospitais estaduais na capital e na Grande São Paulo. As vagas serão ativadas de forma gradativa nos próximos meses, começando com a operação imediata de 28 leitos no Instituto Emílio Ribas.

"O SUS é nosso maior patrimônio, é universal, mas vem sofrendo com o subfinanciamento há anos. Criamos a Tabela SUS Paulista para dar o exemplo e remunerar várias vezes o que é remunerado, cobrando a contrapartida da produção dos hospitais. Quem mais produz, mais recebe. O primeiro efeito é o aumento na quantidade de leitos e de procedimentos, mais gente sendo operada e recorde de cirurgias. É o que já está acontecendo", disse Tarcísio. "Estamos aqui para abrir mais 386 leitos e aproveitar a capacidade que temos. Antes de pensar em abrir hospitais, temos que mobilizar todos os leitos que temos no entorno", reforçou.

O anúncio foi feito no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP com a presença do secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva, do presidente da Assembleia Legislativa do Estado (Alesp), André do Prado, autoridades estaduais e gestores da área da saúde.

A distribuição dos equipamentos levou em conta o planejamento estratégico para otimizar o atendimento e melhorar a prestação de serviço do SUS (Sistema Único de Saúde). Somente no HC, serão 200 vagas a mais. Os leitos também serão ativados no Instituto Emílio Ribas e Hospital Heliópolis, ambos na capital, e no Hospital Regional de Osasco. O reforço vai ajudar a desafogar unidades que enfrentam picos de atendimentos devido a casos de dengue e doenças respiratórias como covid-19 e gripe.

Os novos leitos no HC vão atender a todos os institutos, incluindo o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo e viabilizar mais 4,8 mil internações por ano. O HC, que completa 80 anos na próxima sexta-feira (19), também ganhará 12 novas salas cirúrgicas totalmente modernizadas que vão permitir aumento de 8,8 mil procedimentos de alta complexidade por ano.

Para garantir a distribuição equitativa das novas vagas, também haverá ativação de 56 leitos no Instituto Emílio Ribas. Do total, 28 vagas têm operação imediata para atendimento exclusivo a casos complexos de dengue. Outros 100 leitos serão entregues no Hospital Heliópolis, na zona sul da capital, e mais 30 no Hospital Regional de Osasco.

"Esses novos leitos equivalem a dois hospitais de médio porte a mais para a população e reforçam o compromisso da atual gestão em fortalecer a assistência aos usuários da rede pública", afirma o secretário Eleuses Paiva. **(GSP)**

SP vai usar ChatGPT para aulas digitais

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai passar a usar o ChatGPT, ferramenta de inteligência artificial, para produzir as aulas digitais que são usadas pelos professores de todas as escolas da rede estadual paulista.

Até então, o material didático era produzido por professores curriculistas, ou seja, especialistas na elaboração desse tipo de conteúdo.

Agora, esses docentes terão apenas a função de "avaliar a aula gerada [pela inteligência artificial] e realizar os ajustes necessários para que ela se adeque aos padrões pedagógicos".

A reportagem teve acesso a um documento que foi enviado aos professores com as novas orientações para a produção do material do 3º bimestre deste ano. O texto explica que a ferramenta de inteligência artificial vai gerar a "primeira versão da aula com base nos temas pré-definidos e referências concedidas pela secretaria".

Os professores depois serão responsáveis por editar o material e encaminhar para uma equipe interna da secretaria, que fará a revisão final de aspectos linguísticos e formatação.

Em nota, a Secretaria de Educação confirmou que planeja testar o uso de inteligência artificial para produzir as aulas digitais do terceiro bimestre dos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e do ensino médio. Segundo a pasta, a ferramenta vai ser usada para melhorar o que foi elaborado anteriormente pelos professores. **(Isabela Palhares-FP)**

Publicidade Legal

3ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE PRAIA GRANDE - SP

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO ÚNICO e de intimação **dos executados e depositários SIMONE KUHNE AZEVEDO**, inscrita no CPF/MF sob o nº 314.595.948-43 e **SERGIO HAMILTON COELHO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 133.705.548-44; **bem como do credor fiduciário COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 47.865.597/0001-09; e **do interessado CONDOMINIO RESIDENCIAL ABAETE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.473.604/0001-22. **O Dr. Sergio Castresi de Souza Castro**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Praia Grande/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de Leilão Único do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **CONDOMINIO RESIDENCIAL ABAETE** em face de **SIMONE KUHNE AZEVEDO e outro - Processo nº 1017144-38.2016.8.26.0477 - Controle nº 3204/2016,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º e § 3º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado e, será afixado em local de costume e publicado em jornal de grande circulação. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **Leilão** terá início no **dia 03/05/2024 às 11:00 h** e se encerrará **dia 03/07/2024 às 11:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (*propter rem*) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1°, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, até o início do leilão, o interessado poderá apresentar, diretamente em juízo, proposta de aquisição por preço não inferior à avaliação (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: DIREITOS QUE OS EXECUTADOS POSSUEM DA MATRÍCULA Nº 118.527 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PRAIA GRANDE/SP - IMÓVEL:** apartamento número 33, localizado no segundo andar do Bloco J, integrante do Conjunto Residencial Abaeté, situado na Rua 09, esquina com as ruas Herbert de Souza e Julieta Azevedo Bonavides, o qual obedece ao número 79 da Rua Herbert de Souza, no Jardim Real – Segunda Gleba, nesta cidade, com a área real de uso privativo de 46,668m2, área real de uso comum de 6,3606m2, perfazendo uma área total de 53,0286m2, e a fração ideal no terreno e nas demais coisas de uso comum de 0,625%, equivalente a 42,470m2 do todo, confrontando pela frente com o hall de circulação e escadarias, pelo lado esquerdo com o apartamento 34, pelo lado direito com a área comum do condomínio, e nos fundos com a área de lazer de condomínio. **Consta no R.06 desta matrícula** que o imóvel foi alienado fiduciariamente à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTOS HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU. **Consta na Av.07 desta matrícula** a penhora exequenda deste imóvel, sendo nomeada depositária a executada. **Contribuinte nº 2.08.13.028.0011133-0.** Consta no site da Prefeitura de Praia Grande/SP débitos tributários no valor total de R$ 2.124,97 (25/01/2024). Consta as fls.449 dos autos o saldo devedor da garantia fiduciária no valor de R$ 62.389,74 (julho/2022). **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 79.662,72 (setenta e nove mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos) atualizado para janeiro de 2024, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débitos desta ação no valor de R$ 60.408,70 (janeiro/2024). Praia Grande, 29 de janeiro de 2024. Eu, diretor/diretora, conferi. **Dr. Sergio Castresi de Souza Castro-Juiz de Direito**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

Prestador de Serviço Autorizado Itaú zuk

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A
Fiduciante: GABRIEL MARQUES HENRIQUE FERREIRA

LOTE 01 - Apartamento nº 36-A, localizado no 3º andar ou 4º pavimento do Bloco A do Edifício Solar Maripuanã, situado a Rua Dona Vitoria nº 196, distrito, município e comarca de Guarujá, com a área útil de 67,20000ms2, área de garagem de propriedade exclusiva e vinculada de 14,00000ms2; área comum de 15,68000ms2, no total de 98,98000ms2, contendo de acordo com a NB 140 da ABNT mais 14,29000m2 de área descoberta, totalizando a área global de 111,17000ms2, pertencendo-lhe tanto no terreno como nas partes comuns uma fração ideal de 1,98637% do todo, confrontando de quem da Rua Dona Vitória olha para o prédio com o apartamento de final 5 do andar do outro com uma área livre lateral direita, nos fundos com a área de recuo da construção e na frente com o hall de circulação, poços de iluminação, elevador e parte com o apartamento de final 4 do andar. É de propriedade exclusiva do apartamento, ficando ao mesmo vinculada a garagem nº 36 localizada no andar térreo ou primeiro pavimento, com a área útil de 14,00000m2, confrontando de quem da Rua Dona Vitória olha para o prédio, de um lado com a garagem nº 26 de outro com a garagem 46 nos fundos com a garagem 35 e na frente com a área para manobra de autos por onde tem sua entrada. **Imóvel objeto da matrícula nº 30.074 do Oficial de Registro de Imóveis de Guarujá/SP. Observação**: **(i)** Consta gravada na Av.17, Penhora, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. **(ii)** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 14/05/2024, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 377.594,32 (Trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos). 2º Leilão dia 28/05/2024**, no mesmo horário e local, com **lance mínimo igual ou superior a R$ 398.232,20 (Trezentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte centavos).**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 03 de junho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 05 de junho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Santander zuk

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **SANTANDER BRASIL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n° 55.942.312/0001-06**, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra com Caráter de Escritura Pública, n° 0000044648, Grupo: 003021 Cota: 0387 00, firmado em 23/01/2009, com os Fiduciantes: **ESPÓLIO DE LINDALVA DE SOUSA OLIVEIRA**, portadora do RG nº 30.196.880-9-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 307.748.318-12, representada pelo inventariante e codevedor **LUCIANO DE OLIVEIRA FREITAS,** brasileiro, solteiro, maior, motorista, portador do RG nº 25.080.677-0-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 254.719.638-73, residente e domiciliado em São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 303.103,30 (trezentos e três mil cento e três reais e trinta centavos** - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Avenida São Francisco, nº 12.752, Lote 03 da Quadra 07, Balneário Verde Mar, Mongaguá/SP. Área de terreno: 391,00m², Área construída: 137,34m², melhor descrito na matrícula n° 28.835 do Oficial de Registro de Mongaguá/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 233.210,90 (duzentos e trinta e três mil duzentos e dez reais e noventa centavos** – *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97*)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21504)

EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0003936-98.2020.8.26.0562. O(A) MM Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro de Santos, Estado de São Paulo, Dr(a). SIMONE CURADO FERREIRA OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PAULO ELOI CARVALHO DOS SANTOS, CPF 215.724.998-26, que nos autos do Cumprimento de Sentença que movido por COMPANHIA LIBRA DE NAVEGAÇÃO, foi efetuada a transferência do valor de R$ 27.080,64, da Caixa Vida e Previdência S/A, para a conta judicial junto ao Banco do Brasil, posto Fórum de Santos/SP, agência 5537-9 (fls. 778). Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (art. 525, § 11/ art. 917, § 1º, CPC/2015), contados do decurso do prazo deste edital. Será o presente publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santos, aos 11 de abril de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO: 30 DIAS. PROC. 1023701-67.2022.8.26.0562. O MM Juiz de Direito da 8ª Vara do Foro de Santos/SP, Dr. Fernando de Oliveira Mello, na forma da Lei, FAZ SABER a ANDRÉIA NAIR LOPES, CPF 159.067.408-13, que lhe foi ajuizada Ação de Execução de Título Extrajudicial por SOCIEDADE VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, para cobrança de R$ 39.359,03 (25/05/2023), representado pelo Termo de Confissão de Dívida, anexo aos autos. Encontrando-se a executada em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para no prazo de 03 dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, pagar o débito atualizado, sob pena de penhora e, em havendo pagamento em tal prazo, a verba honorária fixada em 10% será reduzida pela metade; e, querendo, no prazo de 15 dias, poderá oferecer Embargos (art. 915 CPC) ou Pedido de Parcelamento da Dívida (art. 916 e §§ CPC); sendo nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Edital de Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 1000692-94.2019.8.26.0590. O Dr. Fernando Eduardo Diegues Diniz, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Vicente-SP, na forma da lei, etc. Faz Saber a Cezar de Moraes CPF 733.287.238-20 que nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial requerida por Porto Seguro Cia de Seguro Gerais para recebimento de R$15.295,04 (maio/23 - fls. 216) foi bloqueada a quantia de R$15.308,03 (27 e 28.10.23 - fls. 225/226) de sua conta através do SISBAJUD. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se o edital para que no prazo de 05 dias, a fluir os 20 supra, apresente manifestação, nos termos do art. 854, § 3º do CPC, sob pena de levantamento do valor e prosseguimento da execução. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Vicente, 08/04/2024. K-17e18/04

5º Ofício Cível Da Comarca De Santos Fórum de Santos - Comarca de Santos Juiz: Sheyla Romano Dos Santos Moura Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1020043-69.2021.8.26.0562. A Dra. Sheyla Romano Dos Santos Moura, Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Amp Negócios Florestais Ltda CNPJ 23.861.262/0001-46 que Cma - Cgm Societé Anonyme ajuizou Ação de Procedimento Comum para recebimento de R$3.000,00 (set/21) decorrente da taxa de cancelamento de embarque de 12 contêineres. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, conteste o feito, sob pena de confissão e revelia, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. Santos, 01.04.24. K-17e18/04

Edital De Intimação - Prazo De 20 Dias. Processo Nº 1009707-63.2014.8.26.0590/01 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de São Vicente, Estado de São Paulo, Dr(a). Artur Martinho de Oliveira Júnior, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Juliana Bezerra Mateus, CPF 373.299.558-50, que nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença requerida por Fortec Assessoria e Treinamento Ltda, foi deferida a sua intimação por edital para que, no prazo de 15 dias úteis, pague o valor de R$2.947,00 (29.09.16), devidamente atualizado, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência de multa de 10%, além de honorários advocatícios de 10% sobre o total. Transcorrido o referido prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, prazos estes a fluir os 20 supra. Será o edital e publicado na forma da Lei. São Vicente, aos 09 de abril de 2024. K-18e19/04

INTIMAÇÃO. PRAZO 20 DIAS. PROC. 0000391-32.2024.8.26.0157. O Dr. Rodrigo Pinati da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Cubatão/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Willian Martins de Souza CPF 230.572.808-54 que nos autos da Ação de Procedimento Comum, em fase de Cumprimento de Sentença requerida por Fortec Assessoria e Treinamento S/C Ltda foi deferida a sua intimação por edital para que, no prazo de 15 dias, pague o valor de R$1.712,42 (28.02.24), devidamente atualizado, acrescido de custas se houver, sob pena de incidência de multa de 10%, além de honorários advocatícios de 10% sobre o total. Transcorrido o referido prazo sempagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, prazos estes a fluir os 20 supra. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Cubatão, aos 12 de abril de 2024. K-17e18/04

1ª Vara Civel De Santos/SP DR. Raul Marcio Siqueira Junior Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1015185-58.2022.8.26.0562. O Dr. Raul Marcio Siqueira Junior, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber aos réus ausentes, interessados, incertos e desconhecidos que Carlos Ernesto Alvarez Vasco e s/m Maria Cecilia Garcia de Alvares ajuizaram Ação de Usucapião visando o domínio dos imóveis descritos como conjunto 101 com área privativa de 16,551m² e área comum de 11,016m², I.M. 25.031.006.006 e conjunto 103 com área privativa de 16,551m² e área comum de 11,016m², I.M. 25.031.006.008, localizados na Rua D. Pedro, II, 54 - Centro, Santos/SP, confrontando com quem de direito, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o edital para citação dos supramencionados e para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 supra, contestem a ação, sob pena de confissão e revelia, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Santos, 24.01.24. K-17e18/04

ERRATA: Educandário Anália Franco, CNPJ 58.225.905/0001-40, vem a publico para os fins de direito, comunicar a identificação de erro na publicação do Balanço Financeiro no dia 02/04/2024 a saber:
Onde se lê SEDUC/PMS Termo de Fomento nº 29/2022 o número correto é 34/2023;
Onde se lê: FNAS/Termo de Colaboração nº 002/2022 o correto é FMAS

Paulo Affonso Galati Murat Filho
Presidente

Divulgação Brada

INSTITUTO BADRA. Pesquisa divulgada com exclusividade pela Gazeta é a primeira feita após o fechamento da janela partidária

Ricardo Nunes lidera todos os cenários para a Prefeitura de SP

» O prefeito Ricardo Nunes (MDB) lidera todos os cenários para a Prefeitura de São Paulo, segundo a pesquisa do Instituto Badra divulgada com exclusividade pela *Gazeta* nesta quarta-feira. Este é o primeiro levantamento feito na cidade e registrado na Justiça Eleitoral após o fechamento da janela partidária.

No primeiro cenário estimulado pela Badra, em que os possíveis pré-candidatos são revelados para os eleitores, Nunes surge em primeiro nas intenções de voto, com 26%. Ele é seguido por deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), que pontua com 17% da preferência do paulistano.

Na sequência aparecem a deputada federal Tabata Amaral (PSB), com 10%, a economista Marina Helena (Novo) e o empresário Pablo Marçal (DC), com 4%, o também deputado Kim Kataguiri (União Brasil), com 2%, e o metroviário Altino (PSTU), que pontua com 1% das intenções de voto.

Já votos em branco, nulo ou em ninguém representam 24% do eleitorado paulistano neste momento. Já 12% não souberam responder.

1.500 eleitores ouvidos

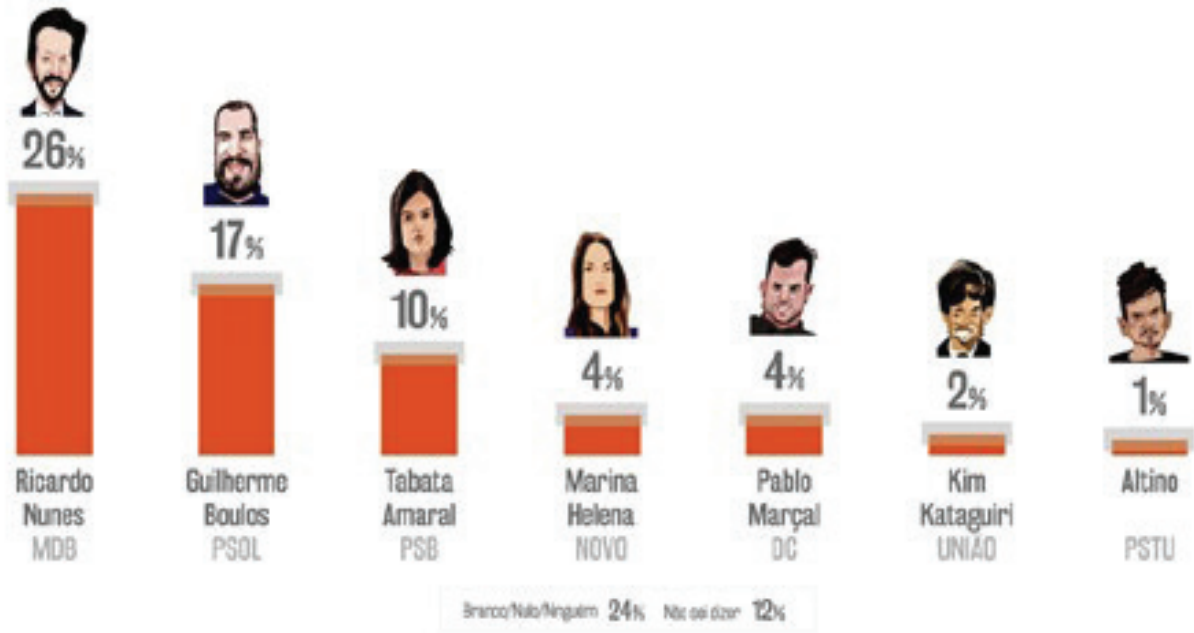
O levantamento ouviu 1.500 eleitores de forma presencial entre os dias 11 e 13 de abril, nas quatro macrorregiões da cidade, ou seja, zonas norte, sul, leste e centro-oeste, em quantitativo proporcional ao eleitorado, inclusive para gênero, faixa etária, escolaridade e renda.

A margem de erro é de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. A pesquisa está registrada sob o número SP-09533/2024.

A janela partidária é o período em que os pré-candidatos podem trocar de partido de olho nas próximas eleições. Até o dia 5 de abril foiu possível a desfiliação partidária para mudança de legenda por vereadores que queiram continuar no cargo ou pretendam concorrer ao cargo de prefeito.

Já a filiação partidária para se candidatar em 2024 foi feita até 6 de abril, seis meses antes da eleição.

NUNES, BOULOS E TABATA

A Badra também questionou os eleitores quais pré-candidatos eram os prefeitos caso houvesse apenas as possibilidades de votar em Nunes, Boulos e Tabata. O levantamento mostra que Nunes aparece na liderança, com 30% da preferência. Na sequência estão Boulos, com 20%, e Tabata, com 16%.

Branco, nulo ou ninguém representam 23% das intenções de voto, enquanto 10% não souberam responder.

COM OS VICES.

No cenário em que os três mais bem colocados são apresentados com seus possíveis candidatos a vice, a chapa entre Nunes e Sonaira Fernandes lidera as intenções, com 30% da preferência eleitoral. Boulos e Marta Suplicy aparecem com 21% da preferência, e Tabata e Datena pontuam com 17%.

Branco, nulo ou ninguém somam 22% dos eleitores. Nove por cento não souberam dizer.

PESQUISA ESPONTÂNEA.

Ao ser questionado em quem o eleitor pretende votar para prefeito, mas sem apresentar possibilidades, Ricardo Nunes também ficou na liderança, com 8% das citações dos eleitores paulistanos. Depois aparecem Guilherme Boulos, com 5%, e Tabata Amaral, com 1%. Nulo, branco ou nenhum chegou a 8%, enquanto 77% responderam não saber dizer.

Outros nomes foram citados, sem alcançar 1%. Na ordem foram Lula, Kim Kataguiri, Marta Suplicy, no PT, Filho do Xerife do Consumidor, Fernando Haddad, partido do governador, Bolsonaro, contra o atual prefeito, Pablo Marçal e Kelly Monalisa.

A pesquisa Badra mostra também que Boulos é o líder em rejeição da cidade de São Paulo, seguido por Nunes, Marçal, Kataguiri, Marina, Altino e Tabata. Revela, ainda, que Nunes venceria os principais adversários em um eventual segundo turno.

(Bruno Hoffmann)

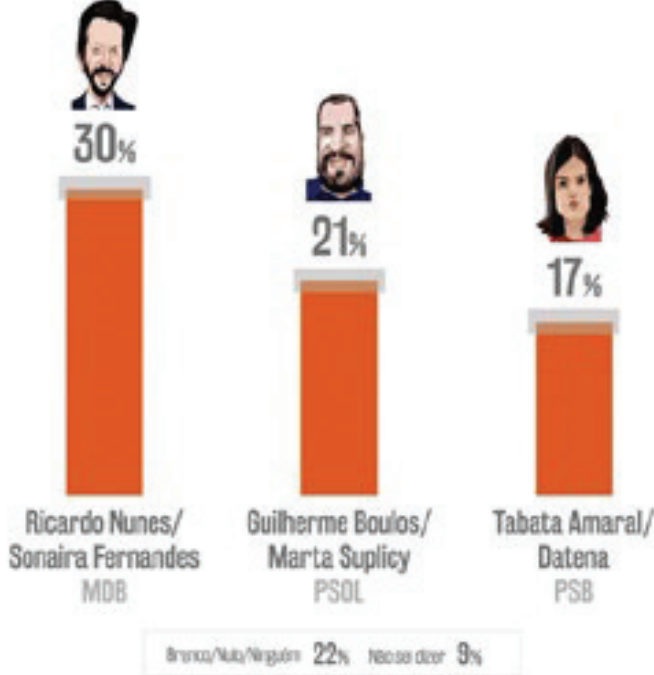
INTENÇÃO DE VOTO

PREFEITO | SÃO PAULO | 11 a 13 ABR 2024 Estimulada - Cenário 1

INTENÇÃO DE VOTO

PREFEITO | SÃO PAULO | 11 a 13 ABR 2024
Estimulada - Cenário 2

INTENÇÃO DE VOTO - CHAPAS

PREFEITO | SÃO PAULO | 11 a 13 ABR 2024
Estimulada - Cenário 3

INTENÇÃO DE VOTO

PREFEITO | SÃO PAULO | 11 a 13 ABR 2024 Espontânea

	Porcentagem	Nominal
Ricardo Nunes	8%	120
Guilherme Boulos	5%	75
Tabata Amaral	1%	15
Nulo / Branco / Nenhum	8%	120
Não sei dizer	77%	1157

*Foram citados ainda, mas sem alcançar 1% das citações, em ordem decrescente: Lula, Kim Kataguiri, Marta Suplicy, no PT, Filho do Xerife do Consumidor, Fernando Haddad, partido do Governador, Bolsonaro, contra o atual prefeito, Pablo Marçal e Kelly Monalisa.

FONTE: BADRA

Foram ouvidos 1.500 eleitores, entre 11 e 13 de abril, em diferentes pontos de fluxo populacional, das quatro macrorregiões (Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste) da Cidade de São Paulo, de forma presencial, A margem de erro é de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%.

Leia esta matéria na íntegra no site da *Gazeta*. Aponte seu celular para este QR Code

"NÃO É UM BOM EXEMPLO"

Luana Piovani detona Neymar

Atriz chegou a reconhecer as boas ações do jogador de futebol, mas não deixou passar o que não gosta no caráter dele

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Luana Piovani fez críticas ao caráter de Neymar, mas também reconheceu as boas ações do jogador de futebol. "Sem desmerecer o talento do Neymar, inclusive eu o conheço pessoalmente, ele é amigo do pai dos meus filhos, mas ele como homem, como cidadão...", avaliou em entrevista ao jornalista Nolberto Neto. Ela disse ainda que gosta do que ele faz no Instituto Neymar Jr., porém deixou claro que o jogador possui um outro lado. "Ele tem um trabalho muito bonito na instituição dele, inclusive já prestigiei e aplaudo, mas a atitude dele como cidadão e como homem não condiz com o projeto social dele. Na verdade, é o dinheiro dele que está fazendo bem para aquelas crianças, mas ele não é um bom exemplo.

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

Vencedor do BBB 24

Davi Brito, 21, confirmou o favoritismo do último mês e se tornou o campeão do BBB 24, nesta segunda-feira (17). Mas, de acordo com ele, o jogo não foi fácil. "Eu pensei que ia sair na primeira semana", admitiu o baiano durante entrevista com Thaís Fersoza e Ed Gama. O brother foi para o segundo paredão do reality e sofreu com o tratamento oferecido por seus colegas de edição. "Galera me desprezando mesmo. Me deixavam de lado. Quem esteve comigo mesmo foi minha amiga Isabelle", contou.

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

Relação

Pitel vive um relacionamento aberto com Weslley Toledo e os dois estão juntos há dez anos. A ex-sister reclamou sobre o relacionamento aberto virar assunto no programa: "Gente... 2024, vão viver, vão ser livres. Acho que existem assuntos que não cabem opinião. Para mim, relacionamento não cabe opinião, seja ele qual for".

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

Cancelado

Uma das últimas eliminadas do BBB 24, a vendedora Beatriz Reis teve um documentário que seria produzido para contar sua história de vida cancelado pelo Globoplay. O serviço de streaming da Globo, queria contar a história de como Bia do Brás, como também ficou conhecida, virou uma pessoa "ame ou odeie" desde que nasceu.

Chris Hemsworth revela rejeição

Chris Hemsworth revelou ter sido rejeitado pelo diretor Kevin Costner. O ator, conhecido por viver Thor nos cinemas, contou ao Entertainment Tonight que gostaria muito de ter vivido um personagem que faz parte de um projeto misterioso que será lançado em breve. Uma parte de sua paixão pelo projeto foi que o personagem é um domador de cavalos, algo que mexeu com ele e Elsa Pataky. "Minha esposa leu o roteiro e ama cavalos. Temos 10 ou 11 cavalos em casa, então ela disse: 'Você tem que fazer isso'", detalhou.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Curtas

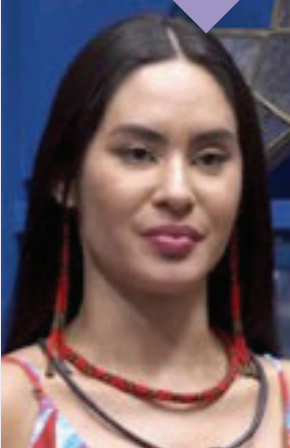
REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

TÁ NA HORA. A apresentadora Christina Rocha não faz mais parte do Tá na Hora. A apresentadora pediu para deixar o programa policial do SBT. A emissora diz que ela ficará fora "por tempo indeterminado", mas o F5 apurou que ela não deve mais voltar por questões familiares. Em seu lugar ficará Márcia Dantas a partir desta quarta (17). Desde o dia 8 de abril que Christina estava ausente da atração.

SHOW. Os Jonas Brothers foram recebidos com berros ensurdecedores ao surgirem no Allianz Parque, em São Paulo, na noite desta terça-feira (16). O trio, formado pelos irmãos Joe, Nick e Kevin Jonas, trouxe à capital paulista a turnê "The Tour" após onze anos da sua última passagem pelo país, em 2013, ano em que eles anunciaram um hiato de tempo indeterminado. O grupo voltou à ativa em 2019.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

MUDANÇA. O médico Thales Bretas, viúvo de Paulo Gustavo, se mudou com os filhos Gael e Romeu, de 4 anos, para a Austrália. O motivo foi o desejo de passar mais tempo com os filhos e estar perto da irmã, do cunhado e do sobrinho, que vivem na cidade de Brisbane."O convívio com o primo, que tem quase a mesma idade dos meus filhos, é muito legal, muito saudável".

Frase

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

"Se essa oportunidade chegar, com certeza eu vou abraçar".

Isabelle, ex-BBB 24, sobre o desejo de trabalhar na televisão.